



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 19 de abril de 2024

1. ABERTURA

A 4ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu no dia 19 de abril de 2024, na forma virtual (videoconferência).

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos e a todas e destacou que a reunião se tratava de uma reunião extraordinária, informou aos membros e convidados participantes as boas práticas para a realização da reunião na modalidade virtual e orientou que todos os membros respeitassem o tempo de fala, tendo dois minutos para a colocação de comentários ou perguntas. Para o momento da fala, os membros e convidados deveriam levantar a mão (sistema *Microsoft Teams*) para solicitar a fala. Foi alertado sobre a necessidade de assinar a lista de presença disponibilizada no *chat*, manter o microfone fechado quando não estiver falando e permanecer com a câmera aberta. Assim, o Coordenador declarou aberta a 4ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.

O Sr. Cadu Villaça solicitou que se aumentasse o tempo de fala para 5 minutos. O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, falou que caso necessitasse de mais tempo era só fazer a solicitação que o tempo seria concedido.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 4ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato virtual (videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mariana Lobato Martins (Secretária Adjunta)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhora Letícia Origi Fischer (Suplente)

Senhor Luís Gustavo Cardoso (Convidado)

- Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)

(Ausente)

- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Senhor Gilberto Salles (Convidado)

Senhor Roberto Gallucci (Convidado)

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

(Ausente)

- Ministério de Infraestrutura (MINFRA)

(Ausente)

- Estado-Maior da Armada, Marinha do Brasil (EMA/MB)

Eduardo Barros Fagundes Netto (Titular)

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (Titular)

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Brick Peres (Titular)

- Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca no Estado do Rio Grande do Norte (SAPE-RN)

(Ausente)

- Secretaria Estadual de Agricultura e Aquicultura do Espírito Santo (SEAG)

Senhor Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (Titular)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ - SC)

Senhor Tiago Bolan Frigo (Titular)

Senhor Fabiano Muller (Convidado)

- Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor França Vieira (Convidado)

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

(Ausente)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

- Associação Brasileira de Engenharia da Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro (Titular)

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Jairo Romeu Ferracioli (Titular)

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Gabriel Calzavara de Araújo (Titular)

Senhor Pedro Gilson Dias De Araújo (Suplente)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Senhor Jorge Luiz Marques de Souza (Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTA)

Senhor Jorge Machado (Titular)

- Sindicato da Indústria da Pesca, de Produtos Derivados da Pesca e Armadores de Pesca e Armadores de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIPESCA-RS)

(Ausente)

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

(Ausente)

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

(Ausente)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Sr. Torquato Pontes (Titular)

- Sindicato dos Armadores de Pesca do estado do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

(Ausente)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

- Grupo Técnico-Científico GTC Atuns e Afins

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador)

3. AGENDA

3.1. Monitoramento e Controle da cota do Limite de Captura da Albacora-Bandolim (*Thunnus Obesus*) para o ano de 2024

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, falou sobre o tema que foi de pauta única, mencionou também o motivo da convocação dessa reunião extraordinária e iniciou a apresentação, que consistiu na apresentação da proposta de medidas de controle e monitoramento para a pesca da albacora-bandolim no ano de 2024, baseadas nas propostas encaminhadas pelos membros e pelo Grupo Técnico-Científico de assoreamento do CPG Atuns e Afins.

DÚVIDAS E DISCUSSÕES

Finalizado a apresentação o Coordenador Sr. Rivetla Édipo Cruz enfatizou que fosse solicitado com antecedência quem necessitará de mais tempo de fala e abriu para sugestões e perguntas.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) expôs que um dia de reunião extraordinária era muito pouco e sugeriu dois dias de reunião extraordinária e três dias de reunião ordinária, complementando que discutir sobre as cotas em abril é um pouco tarde e que seria bom tentar concatenar agenda das reuniões do CPG Atuns e Afins com a da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT). Colocou, ainda, que as cotas são distribuídas em novembro, sendo assim, deveriam começar as discussões em dezembro, para começar o ano com uma norma publicada e sugeriu uma reunião extraordinária para discutir sobre a distribuição e controle da cota da meca e do tubarão-azul. Sobre as medidas apresentadas pelo MPA, disse que teve pouco tempo para avaliar e não poderia dar uma posição constitucional. Sobre o monitoramento, destacou que tanto o Mapa de Bordo quanto o Mapa de Produção deveriam ser utilizados, entretanto o Brasil tem que pensar como retomar um programa nacional de monitoramento de desembarque, e que não viu até o momento algum esboço do MPA sobre um programa de monitoramento.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, respondeu que teria que ser discutido sobre aumentar os dias das reuniões extraordinárias. Sobre a data de repasse das cotas, comentou que foi feita a reunião em dezembro, entretanto o tema tem muitos itens a serem discutidos. Em relação a discussão do controle das cotas das outras espécies, informou que será marcada uma reunião extraordinária para esse tema. Posteriormente passou a

palavra para o Secretário Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa da Pesca e Aquicultura, Sr. Luís Gustavo Cardoso.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso respondeu, sobre o monitoramento de desembarque de Atuns e Afins, que foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MPA e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que tem como objetivo o monitoramento do desembarque e o monitoramento por observador de bordo em todo o território nacional.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, passou a palavra o Sr. Gilberto Salles (MMA).

O Sr. Gilberto Salles (MMA) comentou sobre o TED com a UFRPE e sobre os observadores de bordo, e destacou a importância de resgatar esse programa de monitoramento

A Senhora Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) chamou a atenção sobre a modalidade de espinhel horizontal (superfície), frota 1.4, que tem como espécie-alvo o dourado, e perguntou quais informações o GTC teria sobre essa frota e sobre a necessidade de fazer uma caracterização da citada frota, assim como foi feito para o Cardume Associado.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, disse que diante do encaminhamento feito pelo IBAMA, a Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins encaminharia essa demanda para que seja feito o diagnóstico dessa modalidade que atua nas regiões Norte e Nordeste.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) pediu mais tempo para sua fala e começou a falar sobre a minuta encaminhada pelo MPA. Sobre a ementa da norma, que estabelece as regras para o ano vigente, destacou que seria importante se criar uma norma geral para essa espécie e alterar apenas os anexos, no que tange a distribuição das cotas de cada ano vigente. Expôs que na norma vigente estão seguindo o erro da norma do PREPS, tem que se fazer uma norma com proporcionalidade, visto que é injusto a embarcação ficar 30 dias no mar e o pescado se tornar ilegal por conta de uma falha de 6 horas, elogiou o Mapa de Bordo *online* e pediu que incluísse Fortaleza – CE na lista de portos para

desembarque. Por fim fez uma breve apresentação sobre o encaminhamento de uma proposta elaborada pelo setor produtivo.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) manifestou o apoio do ICMBio às colocações do CONEPE.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) iniciou sua apresentação sobre a proposta de ajustes na minuta, relatou que o Excel (abaixo) apresentado foi encaminhado previamente para alguns membros do CPG Atuns e Afins. Falou sobre retirar o Mapa de Produção, visto que tem muito pescado que não passa pela indústria; que é necessário 100% de monitoramento dos desembarques; que tem que ser atualizado o painel de capturas da albacora-bandolim; destacou que o Mapa de Bordo é auto declaratório, e que o MPA precisa assumir esse risco; e que pegar uma pescaria de 40 dias e torná-la ilegal por conta de 5,5 horas de falha no sinal do PREPS é descabível.

| PROPOSTA DE AJUSTE DE COTAS - SALVAGUARDA FROTAS S SE - MARGEM DE SEGURANCA NACIONAL/ICCAT | | | | | |
|--|-----------|---|---------|---|------|
| Descritivo | Cod RGP | Cota Modalidade | % total | | |
| Esp Sup | 1.1-1.2 | 1773 | 31,44% | | |
| Cardume NE | 1.17 | 2996 | 53,13% | | |
| Cota Esp-+NE | | 4769 | | | |
| Cardume SE | 1.18 | 333 | 5,91% | | |
| Itaipava | 1.3 e 1.4 | 259 | 4,59% | | |
| Gaiadeiro | 1.13 | 262 | 4,65% | | |
| Cerco | 4.3 4.6 | 16 | 0,28% | 15,43% | |
| Cota S-SE | | 870 | | | |
| Cota ICCAT | | 5639 | | 80% cota ICCAT | 4511 |
| Esp Sup | | 1980 | 36,79% | Pára se atingir 95% da cota modalidades (nacional)) | |
| Cardume NE | | 2531 | 47,04% | estabelece que com 80% só sai sabendo que não pode reter | |
| Cota Esp+NE | | 4511,2 | | quem esta no mar tem 20 dias para entrar e descarregar BET | |
| Cardume SE | | 333 | 6,19% | | |
| Itaipava | | 259 | 4,81% | | |
| Gaiadeiro | | 262 | 4,87% | | |
| Cerco | | 16 | 0,30% | Devolvem se atingida referencia/modalidade | |
| Cota S SE | | 870 | | | |
| | | 5381,2 | | | |
| reserva de segurança ICCAT | | 257,8 | 4,57% | | |
| | | 5639 | | | |
| 100% mapas on line | | Autodeclaratório Produtor Primário | | | |
| Mapas de Produção | | Sómente Indústria | | | |
| 100% Monitoramento de descargas | | IBAMA e ACTs com Policias Ambientais Estaduais/Municipais | | | |
| Painel do Atum : DASHBOARD Aberto à Sociedade/ Atores da Cadeia | | | | | |

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, agradeceu a apresentação do CONEPE e passou a palavra para Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN).

O Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN) solicitou mais tempo de fala. Sobre a apresentação do Sr. Cadu Villaça, falou que foi discutido internamente e expressou o seu apoio ao apresentado. Explanou que a pesca de espinhel tem que ter um olhar especial e que o espinhel tendo mais cota melhora a situação dessa frota. Relembrou que no ano passado a modalidade vara isca viva, que provavelmente era linha de mão, no terceiro trimestre já estava com 650 t, enquanto tinha um limite de 250 t. Destacou que o artigo 21 do jeito que está é o gatilho que foi solicitado para ser retirado, tendo em vista que todas as frotas com exceção do espinhel podem descartar. O art. 4º e o art. 21 só tem necessidade se deixar a pesca sem nenhum controle, apenas com limite de captura, a partir do momento que se tem o controle, não tem necessidade nenhuma desses dois artigos. Parabenizou a inclusão do IBAMA no sistema de Mapa de Bordo. Explanou que como foi estabelecido o Mapa de Bordo online não existe mais a necessidade de um modelo preditivo e pediu a exclusão no art. 5º da minuta, sobre os dados históricos disponíveis, e solicitou a inclusão no parágrafo primeiro e no parágrafo terceiro, além do IBAMA e ICMBio, também terem acesso ao sistema os pesquisadores que processam os dados. Sugeriu que o encerramento seja por modalidade e não a nível nacional, que o expresso no art. 12 seja a 95% e o cardume seja 80%, e sugeriu a inclusão do porto de Fortaleza – CE.

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz elencou o que foi posto pelo sr. Rodrigo Fauze Hazin e passou a palavra para o Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC).

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC), informou que, sobre os dados de 2023, tem-se apenas a avaliação preliminar, que foi feita no final de janeiro para início de fevereiro, tendo em vista o prazo exigido pela ICCAT para o Brasil submeter as capturas do último trimestre do ano passado. A soma de todos os trimestres do ano de 2023 mostrou um valor de cerca de 90 toneladas acima do limite de captura, para a albacora-bandolim. Destacou, sobre os dados de mapa de bordo, que o correspondente estatístico, o Sr. Rodrigo Sant'Ana, tem recebido a

informação na forma física e online, esse processo ainda precisa ser melhorado para poder receber as informações de forma mais rápida. Comentou sobre ser o 4º ano consecutivo que o Brasil ultrapassa a cota estabelecida pela ICCAT e destacou como isso pode levar a punições ao país. Sobre o porto de Fortaleza – CE, considerando que o orçamento do TED já está estabelecido e com equipe praticamente contratada, colocar Fortaleza – CE no plano de monitoramento não será uma tarefa fácil e teria que ser discutida com o MPA sobre a possibilidade. No que se refere a proposta do CONEPE, destacou que ficou muito interessante, mas que é preciso discutir mais sobre o assunto. Sobre a espinhel horizontal (superfície), frota 1.4, que tem como espécie-alvo o dourado, informou que realmente não se tem nenhuma informação. No que tange o TED com a UFPRE, o acesso não se dá apenas aos mapas de bordo, refere-se também ao acesso ao PREPS e ao SISRGP. Ressaltou que com a estrutura que o GTC tem, é impossível atender todas as demandas geradas pelo CPG Atuns e Afins, e que seria necessário ter um corpo técnico para apoio ao GTC. Por fim, concordou sobre a retirada do art. 4º e o art. 21 da minuta de portaria.

O Sr. Pedro Gilson (PESCA BR) concordou com a proposta do CONEPE, falou sobre a média de 26 embarcações de espinhel, modalidade 1.1 e 1.2, que trabalham na modalidade de cardume associado, e questionou como será reportado essa pescaria, falou que cotas por barco de cardume poderia coibir a ação de pesca ilegal e apoiou a inclusão do cais de Fortaleza – CE e relatou que o observador de terra não tem autonomia para fiscalizar o desembarque dos espinheis e que os observadores só vão nos barcos de cardume.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) se posicionou a favor da proposta do CONEPE e frisou a penalidade da frota de vara isca viva do ano passado, pelo fato da captura de albacora-bandolim ser muito pequena e solicitou apoio do MPA junto ao GTC, um estudo de cálculo espaço-temporal das regiões Sudeste e Sul, que a frota de espinhel de superfície não corra o risco de paralização, tendo em vista que a captura de albacora-bandolim é irrelevante para essa frota.

O Sr. Marco Bailon (PESCA BR) falou sobre a necessidade de diferenciação em relação ao espinhel de superfície do SE/S do espinhel de superfície do N/NE. Falou também que além da cota da albacora-bandolim tem também a cota do

tubarão-azul, e que a paralisação dessas frotas em determinado momento, principalmente a frota do Sul, pode interromper a possibilidade de atingimento da cota de outras espécies, tem que definir o monitoramento do desembarque em tempo real, pelo menos para os atuns.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) parabenizou a proposta do CONEPE, enfatizando que a construção dessa proposta foi em conjunto e que teve muita discussão para chegar a esse resultado. Falou sobre publicar uma portaria que tenha êxito e discorreu sobre a importância desse CPG Atuns e Afins frente aos desafios e limitações, entretanto com experiência agregada tem-se como construir um caminho para melhorar a pesca dos atuns. Falou sobre o PREPS, que o governo teria que avisar a falha de sinal, conforme é previsto na legislação do PREPS e finalizou falando dos programas de monitoramento que devem ser implementadas para auxiliar nas informações necessárias.

A Sra. Luana Specht (SINDIPI) apoiou a retirada do art. 4º da minuta e a retirada da utilização dos dados históricos do art. 5º. Sobre o art. 6º da minuta, citou ser desnecessário pelo fato de haver uma norma específica, sobre o art. 19 da Minuta, solicitou a exclusão, visto as normas específicas, que poderiam gerar dupla penalidade para os usuários. Sobre o painel que será divulgado no sítio eletrônico, perguntou como seria essa divulgação. Foi solicitado também a possibilidade do espindel das regiões SE/S continuarem a pesca mesmo depois do atingimento da cota, visto que a possibilidade de direcionamento da pesca. No art. 15º onde fala da fiscalização, perguntou como seria a execução.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) foi favorável ao proposto pelo CONEPE, corroborou com os pontos colocados pela Sra. Luana Specht (SINDIPI) e pelo Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) e com a fala da Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio), sobre aumentar os dias de discussão do CPG Atuns e Afins. Perguntou sobre a fala do Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC), em relação a ser o quarto ano consecutivo que foi ultrapassada a cota, e solicitou uma resposta do governo quanto a essa informação.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) esclareceu que a informação trazida pelo Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC), ainda não é a informação final e que a ultrapassagem da cota se deu pelo

fato da demora da tomada de decisão, tendo em vista a demora na compilação dos dados e publicação da norma de monitoramento e controle.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) confirmou que esse é o quarto ano que se ultrapassa a cota, informou que em reunião da ICCAT em 2019, foi definido limite de captura para o Brasil nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, e que nesses 4 anos o Brasil ultrapassou a cota e ressaltou a necessidade que nesse ano se manter abaixo da cota, para o país não sofrer sanções.

Com a palavra o Sr. Luís Gustavo Cardoso (SERMOP/MPA), falou sobre o histórico em que o Brasil vem descumprindo, podendo sofrer sanções mais severas, falou sobre a evolução no monitoramento no desembarque e comentou sobre as dificuldades para colocar em prática essas medidas, entretanto destacou que se espera ter esse monitoramento até o ano que vem. Falou sobre a cobertura de mapa de bordo entregue no quarto trimestre do ano passado, que foi de 28% do total da frota, dificultando a compilação para o resultado. Entretanto, o intuito é melhorar, levando em consideração o mapa de bordo digital, em relação ao tempo de envio ao GTC e concordou que se deve ter um apoio técnico ao GTC. Destacou, por fim, que está em andamento o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para trabalhar na modernização e atualização do PREPS.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE), se manifestou destacando as obrigações do estado e da sociedade.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) se solidarizou a respeito das demandas que estão indo desnecessariamente ao GTC e colocou o ICMBio à disposição para ajudar no que tange o controle das cotas e algumas atividades e sugeriu em fazer uma reunião com o GTC para saber no que o ICMBio pode ajudar. Comentou que pode ajudar também no monitoramento do desembarque, principalmente em Natal onde tem equipe, sugerindo a proposta de uma parceria entre o ICMBio, MMA e MPA para integrar o projeto piloto monitoramento eletrônico nas embarcações. Propôs colocar na minuta de portaria a criação de um programa de monitoramento e rastreabilidade, sobre esse programa relatou que o ICMBio está disponível e tem algum recurso para ser destinado ao programa. Foi questionada a fala do Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) em relação a decisão de avaliação da proposta

do CONEPE aprovada pelo setor, tendo em vista que a proposta diminui a cota e o risco de extrapolação, dando uma margem de segurança ao limite de captura.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) em resposta a fala da Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio), informou que, em relação a proposta do CONEPE, esse está sendo o primeiro contato, que é sim uma proposta interessante, mas de qualquer forma é passível de avaliação, sobre a desconsideração do modelo preditivo só é possível quando os mapas de bordo forem entregues em sua totalidade, ano passado foi entregue 25% dos mapas esse ano com o digital foi para 60% dos mapas de bordo.

O Sr. Jorge Luiz Marques de Souza (CNPA) expressou indignação sobre as punições que são realizadas de forma irresponsável pelos órgãos competentes, destacando que tem empresas grandes quebrando por conta de falta de gestão. Destacou que os trabalhadores têm compromisso com o governo, já em relação as embarcações ilegais que deveriam ser fiscalizadas e punidas, nada se faz, quando tem que parar as embarcações, todos param sem nenhum benefício para assegurar a família dos trabalhadores e falou que ouvem a todos, menos os trabalhadores.

Sr. Fabiano Muller (SAQ/SC) endossou a fala do SINDIPI, CONEPE e do ICMBio, falou que a cota da albacora-bandolim tem que ser apenas para a espécie e não para as modalidades de pesca, pelo fato de prejudicar as modalidades, principalmente nas regiões SE/S, visto que o risco para a albacora-bandolim é diferente nas regiões SE/S e N/NE. Propôs que seja retirado o art. 21 da minuta, que para as regiões SE/S se passe a utilizar a mesma regra do cardume associado, que possibilita a devolução da espécie ao mar, que sejam feitas parcerias para não utilizar o modelo preditivo.

A Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) se manifestou em relação ao monitoramento e controle e sobre a proposta do CONEPE, que coloca o IBAMA e polícia ambiental para monitoramento do desembarque, destacou que essa demanda fica mais ligada ao MPA. Destacou sobre a necessidade de se fazer uma reunião com o EMA da Marinha, sobre ter o registro de 25 mil embarcações no SISRGP e no cadastro da marinha mais de 110 mil embarcações. Comentou que a Marinha deveria solicitar a autorização de pesca antes de licenciar essas

embarcações. Em relação as competências do IBAMA, informou que deveriam sim colocar os esforços apenas para as embarcações ilegais, entretanto no dia a dia se deparam com as embarcações permissionadas cometendo atos ilícitos, à exemplo espinhel que atuam na frota de cardume, com petrecho indevido, essas embarcações fazem o desembarque em portos não autorizados e o IBAMA tem precisa gastar energia para ir atrás dessas embarcações. No que se refere ao limite de retorno, o IBAMA entende que 20 dias é muito tempo, pelo fato do setor não esperar o escoamento da produção as embarcações continuam pescando, se a questão do fechamento se dá por meio de um gatilho, tem que se paralisar a pesca. Sobre a fala do ICMBio, no que se refere ao sistema integrado de monitoramento, destacou a necessidade de se começar a incluir isso no papel para pôr em práticas essa mentalidade.

O Sr. Torquato Pontes (SINDIPESCA/RS) pontuou que a falta de entrega do mapa de bordo teria que ser punida de forma imediata.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) comentou sobre a fala do ICMBio e sobre o papel do governo e o papel do GTC. Existe hoje, o medo do Brasil ser punido pelo fato de ultrapassarem a cota, mas essa decisão tem que ser política. Destacou que foi falado pela MPA que teria recurso para o monitoramento, mas, não se tem visto esses recursos. Falou sobre o PREPS, que o MPA deveria avisar o armador de pesca sobre as falhas e sobre a não entrega de mapas de bordo pelas embarcações, que tem que de fato ser penalizadas.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) encerrou o período da manhã e deu a pausa para o intervalo com retorno as 14 horas.

Após o Intervalo o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins), passou a palavra para a Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio), que respondeu a fala do Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC), sobre o papel do GTC, respondeu também a fala do Sr. Jorge Luiz Marques de Souza (CNPA), sobre o ICMBio ter que participar mais ativamente na fiscalização juntamente com o IBAMA, em resposta esclareceu que o ICMBio não tem atribuição de fiscalização da pesca na costa brasileira, as atribuições se limitam as unidades de conservação.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (SERMOP/MPA) se manifestou sobre as ações que estão sendo tomadas para o monitoramento da atividade pesqueira, falou sobre a necessidade de utilização dos dados históricos e sobre ainda não ter como fazer um monitoramento em tempo real.

O Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN) que corroborou com a fala do Sr. Luís Gustavo Cardoso, falou sobre a necessidade de evoluir ao estágio de não utilizar os dados históricos, essa transição tem que ocorrer o mais rápido possível, entretanto se vê um avanço significativo, vista a elevação das entregas dos mapas de brodo de 28% para 60%, para isso o governo vai ter que atuar na penalização simultânea a não entrega de mapas de bordo, assim colaborando no combate a pesca ilegal.

A Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) se manifestou sobre a dificuldades de realizar uma lista positiva de embarcações pesqueiras, comentou sobre o painel das embarcações que teve sua renovação automática para pesca, desde que cumpra os condicionantes. Destacou que se em uma auditoria de embarcação for constatado irregularidade, a produção da embarcação é considerada ilegal. O IBAMA deu publicidade a esse painel, onde qualquer empresa, sociedades e o armador de pesca pode acessar para ter conhecimento da regularidade da embarcação.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) novamente pontuou que as sanções referentes ao PREPS, no que tange a falha de sinal, são equivocados, tendo em vista que não cumpre o estabelecido na Instrução Normativa Interministerial nº 2/2006, no que se refere a obrigação do MPA em avisar o armador de pesca sobre a falha de sinal.

A Sra. Cláudia Ramos Zagaglia (IBAMA) mencionou novamente o link onde é possível verificar a regularidade da embarcação, assim tornando desnecessário a comunicação do MPA ao armador.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) se colocou à disposição para esclarecimentos sobre a proposta apresentada e defendeu o posicionamento do setor pesqueiro sobre o painel divulgado endossando a fala do Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR).

O Sr. Jorge Luiz Marques de Souza (CNPA) falou sobre o rastreamento das embarcações, sobre a entrega de mapas de bordo e sobre espionagem industrial, contextualizando que para adquirir a experiência de 25 anos de pesca e descobrir novos pesqueiros não foi fácil. Destacou que as informações constantes nos mapas de bordo e no rastreamento vão para a mão de pessoas que se beneficiam dessa informação, então como pescador vai ter confiança de colocar as informações corretas no mapa de bordo, falou que essas informações têm que ser sigilosas e cobrou comprometimento do governo sobre a pesca, comentou que o IBAMA age de forma repressiva

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou que havia o encaminhamento da proposta do MMA junto com o MPA, e que nessa reunião foi apresentado uma nova proposta encabeçada pelo CONEPE. Diante da proposta do CONEPE foi questionado pelo Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, como a proposta chegou no valor de 1980 t para o espinhel de superfície e 2531 t para o cardume associado das regiões N/NE.

Em resposta ao Sr. Cadu Villaça (CONEPE), explicou a metodologia utilizada.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) abriu a fala para sugestões e perguntas e solicitou ao setor do cardume associado se estavam de acordo com a redução da cota estabelecida para essa modalidade.

O Sr. Pedro Gilson (PESCA BR) expôs que em conversa com o setor, até o momento não haveria manifestação contrária, no que tange a sua manifestação, foi favorável a proposta do CONEPE.

O representante da Qualipesc, do Ceará, corroborou com a fala do Sr. Pedro Gilson e se manifestou favorável a proposta do CONEPE.

Dadas as manifestações do setor o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins), passou a palavra para o MPA e MMA.

O Sr. Roberto Gallucci do MMA parabenizou a proposta colocada pelo CONEPE.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) fez a leitura dos encaminhamentos e colocou para sugestões e perguntas.

O Sr. Torquato Pontes expressou que a proposta do CONEPE atende as necessidades e reafirmou a necessidade da modalidade de espinhel de superfície SE/S continuar operando, mesmo com o fechamento da pesca, visto o baixo índice de captura da albacora-bandolim.

O Sr. Cadu Villaça do CONEPE contribuiu dizendo que para atender a demanda do espinhel de superfície das regiões SE/S teria que criar uma modalidade para a região SE/S. Perguntou sobre a cobertura de 5% da pesca que se dará por observador de bordo que consta na minuta de portaria e sobre a descentralização de recurso para a UFRPE. Sobre o desenvolvimento do projeto e capacitação dos observadores, perguntou se foram feitas as ações necessárias para atender a portaria.

O Sr. Luís Gustavo Cardoso (SERMOP/MPA) respondeu que as medidas para o atendimento das medidas estabelecidas na minuta de portaria já foram tomadas e que as capacitações necessárias já estão sendo realizadas e solicitou a colaboração do setor para colocar os observadores de bordo a bordo das embarcações.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) perguntou se todos receberam o Ofício que solicita o apoio no embarque de observador de bordo.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) acusou o recebimento do Ofício e apoiou a iniciativa.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) lembrou que no ano passado o SINDIPESCA em conjunto com a PESCABR entrou com os recursos necessários no que tange aos observadores de bordo e os observadores que ficam em terra, diante da falta de recurso do MPA, se não fosse essa ação a paralização seria em setembro e manifestou o apoio.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) falou que além do monitoramento do ano passado, foram realizadas assinaturas de 2 TEDs.

Comentou que o TED é bem complexo e burocrático, e esse ano foi feito outro TED, onde será disponibilizado 6 observadores de bordo, sendo 3 para a regiões SE/S e 3 para N/NE, para embarque exclusivo da modalidade cardume associado. Entretanto, informou que muitos representantes do setor estão se negando a disponibilizar vagas na embarcação para os observadores. Em relação ao TED com o MPA, informou que terá uma duração de 3 anos e que a quantidade de observadores de bordo será de 30 observadores. Em referência ao monitoramento, no que tange cobertura dos embarques dos observadores, chamou a atenção para o atendimento conforme as regras do ICCAT, a exemplo para a frota de espinhel para embarcações acima de 20 metros, tem que ter a cobertura de 10% e para frota de cerco tem que haver a cobertura de 100%.

O Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN) acusou o recebimento do Ofício e expressou apoio. No art. 11 da minuta de Portaria, onde fala que, “*fica obrigado a permitir sempre que houver o monitoramento de porto de desembarque*”, sugeriu que no art. 10 da minuta de portaria fosse utilizado a mesma linha de raciocínio, ao invés de utilizar a frase **deverão ter embarque** utilizar a frase **será obrigado o embarque sempre que...**, e sugeriu colocar na minuta o acesso para o GTC aos sistemas. Perguntou sobre a possibilidade de contratar as duas empresas de rastreamento que estão homologadas no PREPS e as duas fornecerem sinal para o PREPS simultaneamente, falou que para resolução para espinhel de superfície SE/S, faz-se necessário a revisão da INI MPA/MMA nº10, de 2011 e apoiou a proposta do monitoramento eletrônico.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) falou que estavam tomando nota dos encaminhamentos

O Sr. Marco Bailon (PESCA BR) lembrou que além da cota da albacora-bandolim, existe a cota do espadarte e do tubarão-azul, sendo assim é necessário tomar uma providência com urgência, uma vez que essas cotas são absorvidas principalmente nas regiões SE/S. Diante do exposto, solicitou com a máxima brevidade possível o levantamento espaço-temporal das pescarias que ocorrem nas regiões SE/S com emprego de espinhel de superfície para que possa ser realizada uma remodelação dessa frota e contribuir com a revisão da INI MPA/MMA nº 10, de 2011.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) pediu ao Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN) que formalizasse a pergunta sobre o PREPS.

O Sr. Giovani Monteiro (ABIPESCA) apoiou a proposta feita pelo CONEPE e se manifestou a respeito da diferença entre a pescaria de espinhel nas regiões SE/S e N/NE e comentou sobre a captura insignificante de albacora-bandolim principalmente nas estações primavera/verão nas regiões SE/S. Mencionou que os barcos e as operações de pesca são rastreadas, comentou sobre uma proposta anteriormente feita ao CPG, que as embarcações de espinhel SE/S poderiam informar até 48 horas antes o desembarque, falou sobre áreas específicas nas regiões SE/S com pescarias direcionada a meca, cação e peixe-prego, e sugeriu a revisão da INI MPA/MMA nº10, de 2011.

A Sra. Mônica Brick Peres (ICMBio) enfatizou a importância do monitoramento eletrônico e citou um teste com uma nova tecnologia de câmera que tem o alto-falante, assim proporcionando a comunicação do técnico com a tripulação, em resumo deixou como encaminhamento, revisão da INI MPA/MMA nº10, de 2011, e o desenvolvimento do monitoramento eletrônico e da rastreabilidade.

A Sra. Luana Specht (SINDIPI), acusou o recebimento do Ofício sobre o embarque dos observadores de bordo, como encaminhamento sugeriu no que tange a frota de espinhel de superfície, em caso de atingimento da cota sugerida, que haja condicionante para que as regiões SE/S continuem pescando, e para isso talvez criar algumas condicionantes como delimitação de áreas de pesca, ou uma quantidade maior de observadores de bordo ou não poderem utilizar a autorização de pesca complementar, que é a linha de mão, a qual tem como espécie alvo a albacora-bandolim, entre outros, ou seja, criar condicionante para que os pescadores das regiões SE/S possam continuar atuando em outras espécies.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) citou a Portaria 59A, de 2018, a qual estabelece medidas para pesca de cardume associado, no art. 10 traz o embarque para o observador de bordo e sugeriu a criação de uma portaria que traga obrigatoriedade de embarque do observador de bordo, caso não obedecido penalidade de 60 dias de suspensão para pesca, a minuta de portaria que está

sendo discutida nesse CPG deve ser definitiva com alteração apenas dos anexos anualmente.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) solicitou, como encaminhamento, mais flexibilidade na alteração de região, caso o pescador queira trabalhar em todo o território nacional que isso fosse viabilizado e propôs colocar na frota de Itaipava, como espécies-alvo, o espadarte, o tubarão-azul, a albacora-bandolim e a albacora-laje. Apresentou queixas a respeito do PREPS, entretanto o Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) informou a criação de um grupo de trabalho para tratar as questões do PREPS.

O Sr. Jorge Luiz Marques de Souza (CNPA) trouxe lembrança do que ocorreu há 30 anos atrás no que tange aos observadores de bordo e enfatizou que o observador de bordo assim como a tripulação tem que respeitar aos comandos dados pelo Capitão e não mexer em qualquer equipamento eletrônico e muito menos impor qualquer condição, visto que a sua competência é a observação sobre os pescados, e solicitou que na capacitação seja passado as competências do observador de bordo.

O Sr. Gabriel Calzavara (PESCA BR) relatou que essa reunião foi muito produtiva e parabenizou as ações realizadas, juntamente com as tecnologias que vão ser implementadas.

O Sr. Rodrigo Fauze Hazin (SINDIPESCA-RN) também parabenizou e mencionou que só foi possível essa efetividade na reunião, pelo fato das informações bem como a minuta de portaria ter sido apresentada ao grupo com antecedência, assim trazendo mais fluidez nas discussões.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) esclareceu que diferente da reunião ordinária, a reunião extraordinária sempre trata apenas um tema e ela não é finalizada com a leitura dos encaminhamentos, entretanto todos os encaminhamentos foram anotados para posterior discussão.

O Sr. Roberto Gallucci do MMA deixou registrado o grande avanço que ocorreu nessa reunião, manifestou o apoio do MMA com o MPA, falou do projeto

piloto de rastreabilidade e de monitoramento eletrônico, assim tendo a oportunidade de melhorar a relação entre governo e sociedade.

ENCERRAMENTO

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu a participação de todos e encerrou a 4ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins.